



## Índice

- 01**    "Se for pra morrer, vamos morrer", diz líder de índios que ocupam fazenda
- 02**    MS concentra 61,6% das mortes de índios no país, diz Cimi
- 03**    Índios almoçam com Força Nacional, mas insistem em resistir a despejo em Aquidauana
- 04**    Cacique diz que índios estão prontos para resistir à reintegração em MS
- 05**    Índios denunciam ameaça de morte durante protesto
- 06**    Governo entrega notebooks para estudantes indígenas
- 07**    4 questões sobre a nova demarcação de terras indígenas
- 08**    Escola Indígena esclarece suposta denuncia.
- 09**    Carta do I Encontro dos Povos Indígenas na Fronteira
- 10**    USP aprova bônus de 5% para pretos, pardos e indígenas



**"Se for pra morrer, vamos morrer", diz líder de índios que ocupam fazenda**  
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 29.06.2013

Ocupada por índios terena desde o dia 30 de maio, a Fazenda Esperança localizada em Aquidauana pode ser palco de uma ação de reintegração de posse nos próximos dias. Na expectativa pela ação, os 1 mil índios que estão na propriedade afirmam estar "prontos para a guerra".

O cacique da Aldeia Esperança, Isaias Francisco, diz ao Campo Grande News que o clima é de apreensão e espera pelo cumprimento da ação. "Nós estamos de prontidão e já preparamos os guerreiros para a luta. Se for pra morrer, nós vamos morrer, mas nenhum irmão vai ter sangue derramado por nada", afirma o cacique.

O fazendeiro Nilton Carvalho da Silva Filho, dono da fazenda, entrou na Justiça Federal com ação de reintegração de posse uma semana após a invasão. No último dia 18 de junho, a Justiça deu prazo de 10 dias para a Funai retirar os índios da área.

O prazo já venceu e segundo a decisão do juiz Renato Toniasso, da 1ª Vara da Justiça Federal em Campo Grande, a força policial deverá retirar os indígenas da fazenda. Conforme os dados do processo, a Polícia Federal foi oficiada nesta sexta-feira (28).

Na expectativa pela chegada da polícia, o cacique afirma que já houve reunião com os guerreiros e toda aldeia decidiu ficar na área. "Nós esperamos que não tenha nada de grave, mas vamos continuar aqui porque a terra é nossa. Fizemos um preparo e se tiver violência nós vamos revidar", diz.

Uma reunião entre lideranças indígenas e autoridades que compõem o Fórum Nacional de Assuntos Fundiários do Ministério da Justiça foi realizada na última quinta-feira (27) em Campo Grande. As demarcações de terras e a ocupação da Fazenda Esperança foram assuntos da reunião.

De acordo com o cacique, as lideranças que participaram do encontro irão repassar as definições em uma reunião marcada para este domingo (30) na Fazenda Esperança.

Para o dono da fazenda, o momento é de expectativa pelo cumprimento da reintegração de posse. "Nós continuamos esperando que a lei seja cumprida de forma pacífica e que não haja resistência dos índios", afirma Nilton Carvalho.

Grupos – O resultado da reunião do Fórum Nacional de Assuntos Fundiários que durou toda a quinta-feira foi a criação de três grupos que irão avaliar as áreas que podem ser compradas no Estado.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 113 / 2013

Brasília, 01 de julho de 2013.

O primeiro grupo vai analisar as questões jurídicas, como as possíveis indenizações, compras de terras ou permutas. O segundo deve avaliar 53 áreas e identificar no mapa de Mato Grosso do Sul quais são os pontos mais críticos em relação aos conflitos.

Já o terceiro, foi criado para fazer um mapa da regularização fundiária do Estado. O objetivo é identificar terras onde existe disputa e propriedades que estão em processo de regularização.



**MS concentra 61,6% das mortes de índios no país, diz Cimi**

SÍTIO MÍDIA MS, 29.06.2013

*Em 2012, foram registrados 37 assassinatos de índios no Estado*

Mato Grosso do Sul registrou 37 assassinatos de indígenas em 2012, segundo o Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, divulgado nesta semana pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão ligado à Igreja Católica. Com 61,6% do total de assassinatos de indígenas registrados no Brasil, o estado continua à frente no número de casos no país.

O estado já ocupava o primeiro lugar no ranking. Segundo o órgão, Mato Grosso do Sul registrou 32 assassinatos de indígenas em 2011, cinco casos a menos do que no ano passado. O relatório aponta que 34 dos 37 indígenas mortos em 2012 eram da etnia guarany-kaiwá, dois eram terena e um era da etnia guarany-nhandéwa.

Ainda segundo o relatório, uma das principais causas do aumento no número de casos de violência, é o confinamento dos índios nas reservas das cidades de Dourados, Amambai e Caarapó, localizadas na região sul do estado.

Segundo o coordenador regional do Cimi em Mato Grosso do Sul, Flávio Vicente Machado, o alto número de homicídios está ligado à questão fundiária.

“Na visão do Cimi, os homicídios entre os indígenas está ligado a situação fundiária. Os indígenas estão confinados em pequenos espaços e, com esse confinamento, houve um esfacelamento interno de controle da violência. Quando há brigas entre vizinhos, por exemplo, as pessoas ao redor se afastam, em um espaço pequeno isso não é permitido”, disse.

Nos últimos dez anos, os levantamentos feitos pelo Cimi mostram que 563 indígenas foram assassinados no país, sendo que 317 destas mortes ocorreram no Mato Grosso do Sul.

De acordo com Machado, os homicídios estão relacionados com conflitos internos e não têm ligação direta com disputas por terras com produtores. “Os casos não estão diretamente ligados, mas isso não exclui a situação de tensão que existe, principalmente no sul do estado. Todos os casos estão ligados a situação territorial. Em áreas onde a população tem espaço, como os kadiwéu, os índices de homicídio são baixos ou não existem”, explicou.

**Suicídios**

O relatório aponta ainda que Mato Grosso do Sul registrou o maior número de suicídios de indígenas, com 19 casos.

CONT.



No total, foram registrados 54 casos de suicídios de indígenas no país. Rio Grande do Sul registrou 11 casos, seguido de Roraima e do Pará, onde foram registrados sete casos em cada estado; e de Santa Catarina, com seis casos.

De acordo com Machado, suicídio é o índice mais triste e mais alarmante em termos de população indígena. Segundo ele, esse número retrata acima de tudo a situação de território em que a população indígena vive. "Em um local pequeno, os indígenas não podem reproduzir os costumes", disse, explicando ainda que os índios têm crenças vinculadas ao local onde moram.

"A população [indígena] possui uma forte espiritualidade vinculada à mata e como não há, existe uma desordem no mundo dos espíritos e os guaranys atribuem os altos índices de suicídio a essa desordem", explicou.

Além da falta de espaço, a interferência externa também é responsável pelos altos índices, na opinião de Machado.

"As pesquisas demonstram que dois fatores são considerados principais em casos de suicídio. O primeiro é a influência e pressão exercida pela sociedade externa sobre as comunidades, como o preconceito, racismo, interferência e a facilidade de acesso a drogas e bebidas.

O segundo é a falta de perspectiva, mais de 90% dos casos de suicídio são de pessoas na faixa de 14 a 29 anos. São jovens que não têm perspectiva, porque não tem terras, emprego e como sustentar uma família", disse.

#### Discriminação

Já o número de casos de racismo e discriminação étnica e cultural contra indígenas diminuiu. Em 2012, foram registrados 11 casos no Brasil, nos estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rondônia e Roraima. Em 2011, foram 20 casos.

"O que se percebe através das redes sociais e de comentários em matérias jornalísticas nos sites é que o preconceito faz parte do senso comum da população. As pessoas nem percebem quando chamam um índio de burro, bugre. É lamentável", disse.

Um caso chamou mais a atenção do Cimi no estado. Em abril de 2012, uma jovem publicou, nas redes sociais, mensagens com teor racista contra o grupo de rap indígena Brô MC's, do município de Dourados. As postagens foram feitas após a apresentação dos cantores no programa TV Xuxa.

Em uma das mensagens, a jovem chama os rappers de "índios fedorentos". Dois dias depois, a usuária postou um "pedido de desculpas" pelos comentários. O Ministério Público Federal (MPF-MS) abriu um inquérito para investigar o caso.

De acordo com Machado, a solução para diminuir ou acabar com o preconceito é um forte processo de educação sobre os costumes indígenas.



## **Índios almoçam com Força Nacional, mas insistem em resistir a despejo em Aquidauana**

SÍTIO REGIÃO NEWS, 29.06.2013

*O dono da fazenda já pediu apoio da Polícia Federal para despejar os moradores da aldeia.*

Os militares da Força Nacional foram até à Fazenda Esperança, no distrito de Taunay, em Aquidauana. Apesar da recepção amistosa, os índios mantiveram a decisão de resistir a eventual tentativa de desocupação pelos policiais federais ou da Força Nacional. Eles estão na área desde o dia 30 de maio deste ano. O dono da fazenda já pediu apoio da Polícia Federal para despejar os moradores da aldeia.

“Vamos ficar e lutar até o final”, disse um dos guerreiros indígenas, segundo informações da Rádio Alternativa, de Aquidauana. Uma equipe da Força Nacional esteve na propriedade e almoçou com os indígenas. Os militares tentaram negociar a saída pacífica dos índios.

“Nossa missão aqui é trazer a pacificação”, garantiu o tenente Azevedo. Mesmo com o encontro, os índios afirmaram que não vão sair da propriedade.

### Pedido

O advogado dos proprietários da fazenda, Niuton Ribeiro Chaves Junior esteve na tarde desta sexta na Justiça Federal, onde pediu apoio da Polícia Federal para cumprir a reintegração de posse. Somente a PF pode acionar a Força Nacional.

“Já era pra ter cumprido a reintegração ontem, mas como as coisas estão devagar, acho que deve ser cumprida só na próxima semana”, comentou o advogado.



**Cacique diz que índios estão prontos para resistir à reintegração em MS**

SÍTIO CAARAPÓ NEWS, 29.06.2013

Os índios que ocupam a fazenda Esperança, em Aquidauana, a 143 km de Campo Grande, resistirão a qualquer tentativa de reintegração de posse, segundo Isaías Francisco, cacique de uma das comunidades que estão na propriedade. A Fundação Nacional do Índio (Funai) teve dez dias para promover a retirada pacífica dos terenas a contar do recebimento de notificação, o que segundo a assessoria da Justiça Federal ocorreu no dia 19 e, por isso, o prazo expira neste sábado (29).

A decisão, em caráter liminar, foi dada pelo juiz federal Renato Toniasso. "Decorrido o prazo dado, sem que a Funai consiga desocupação espontânea, o uso da força policial será inevitável, pois as decisões judiciais devem ser cumpridas, sob pena de instalar-se o caos, em termos de segurança jurídica", argumentou.

Francisco disse ao G1 que até o momento não há a presença de policiais no local. "Nossos guerreiros estão prontos", afirma.

A assessoria da Polícia Federal não informa se a corporação já foi acionada pela Justiça Federal para cumprir a reintegração de posse.

**Tentativa frustrada**

Para tentar cumprir a determinação dentro do prazo, o coordenador regional da Funai em Campo Grande, Marco Aurélio Tosta, reuniu-se com os índios na fazenda Esperança na quarta-feira (26), mas não houve acordo.

"Pode vir a tropa de choque. Nossos guerreiros estão prontos e não vão sair porque a área é um direito nosso", disse ao G1, logo após o encontro, uma das lideranças indígenas no local Gilson Terena. Segundo ele, há cerca de 800 pessoas ocupando a fazenda.

Sérgio Muritiba, advogado do proprietário da área, disse que os indígenas reivindicam cerca de 30 mil hectares da propriedade. Ele espera que a reintegração seja feita de forma pacífica. "Mesmo o juiz autorizando o uso da força, esperamos que haja uma conversação prévia para que seja uma reintegração pacífica", disse.



## **Índios denunciam ameaça de morte durante protesto**

SÍTIO O PROGRESSO, 28.06.2013

*A ameaça de morte teria sido feita durante a passeata de protesto, no último dia 20, em Dourados; o fato teria sido testemunhado por outros manifestantes*

O Conselho da Aty Guasu Guarani-Kaiowá denunciará à Polícia Federal, ao Ministério Público e à Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, ameaça de morte coletiva, prática de racismo e discriminação que teria sofrido um grupo de indígenas que participavam do protesto em Dourados, no último dia 20.

Um carta contendo a denúncia será encaminhada à Polícia Federal, Ministério Público Federal e Secretaria dos Direitos Humanos, informando que no dia do manifesto, os indígenas estavam em meio aos outros manifestantes, reivindicando a demarcação de terras, sofreram violência por um grupo de fazendeiros.

"Frente ao fato ocorrido publicamente, pedimos à Polícia Federal e Ministério Público Federal uma investigação rigorosa dos mentores e autores dessas ameaça de morte coletiva e violências contra as vidas dos manifestantes pacíficos pela demarcação de terras indígenas", diz a carta-documento.

Na passeata haviam vários grupos que faziam diferentes reivindicações, pacificamente. Entre os participantes, havia um grupo ligado ao setor rural, que pedia o fim aos estudos antropológicos e de demarcação de terras. Os manifestantes índios e ruralistas, com reivindicações opostas, acabaram se encontrando, momento em que teriam acontecido as hostilidades e ameaças.

Entre os manifestantes ameaçados de morte está a socióloga guarani-kaiowá Valdelice Veron, filha de Marcos Veron, assassinado em 2003 por pistoleiros, a mando de fazendeiros, após liderar a retomada de parte de terras indígenas.

Amigos de Valdelice pedem proteção a ela e sua família. "Solicitamos, urgentemente, [proteção] à professora Valdelice Veron e sua família. Ela sofreu diretamente ameaça de morte pelo grupo de fazendeiros. Valdelice quase foi assassinada publicamente, os manifestantes não indígenas protegeram a professora Valdelice, que é a integrante do Conselho Aty Guasu Guarani Kaiowá.

Esse grupo de fazendeiros é conhecido pelos indígenas e cidadãos sul-mato-grossenses e deveria ser investigado pela Polícia Federal", desabafou na rede social um amigo da professora e socióloga Valdelice Veron.



---

**Governo entrega notebooks para estudantes indígenas**

SÍTIO INFO RONDÔNIA, 30.06.2013

Na manhã da última terça-feira (25) professores e representantes da Educação Indígena de Cacoal, das aldeias Suruí, foram contemplados pelo Projeto UCA - Um Computador por Aluno. A iniciativa é uma ação do Governo da Cooperação que distribui notebooks para os alunos indígenas envolvidos no projeto.

Com objetivo de levar tecnologia a todos os lugares e a todas as Escolas da Rede Estadual, o projeto é uma realidade. O Governo de Rondônia não faz distinção de escolas e leva investimentos a todas, independentemente da sua localização.

A Educação Indígena tem sido prioridade do Governo, que dentre as várias ações como o repasse de automóveis para transporte dos alunos indígenas além de ter investido em reformas e melhorias das escolas, contratação de professores e agora aplica o programa um computador por aluno para o estudante indígena.



#### **4 questões sobre a nova demarcação de terras indígenas**

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 30.06.2013

Por Bárbara Pereira Libório, de Exame

São Paulo – As novas regras de demarcação de terras indígenas devem sair no próximo mês. É o que afirmou Gilberto Carvalho, ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, quarta-feira (26) em audiência na Comissão de Agricultura da Câmara. Segundo ele, o governo deve publicar uma portaria complementar ao Decreto 1775, que regulamenta as normas de demarcação de terras indígenas. A ideia é que o processo de delimitação das áreas reservadas para índios deixe de contar apenas com a participação da Funai (Fundação Nacional do Índio).

Além do órgão, devem ser consultados os ministérios do Desenvolvimento Agrário; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; das Cidades; e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Órgãos subsidiários, como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) também devem participar da decisão. Para isso, será criada uma assessoria no Ministério da Justiça que também deverá acompanhar os conflitos indígenas.

A resposta das comunidades indígenas, contudo, não foi positiva. Nas últimas semanas, grupos fizeram protestos por todo o país e dois índios acabaram mortos no Mato Grosso do Sul. Produtores rurais, que lutam pela suspensão da demarcação em diversas áreas do Brasil, também fizeram manifestações. A Casa Civil, por meio de sua assessoria de imprensa, afirma que o objetivo do novo modelo é dar mais segurança jurídica ao processo. Segundo nota emitida pelo órgão, “o que o governo busca hoje é um diálogo amplo entre as partes envolvidas, para que a solução se dê pelo diálogo e não pela pressão ou violência”.

##### **1. O enfraquecimento da Funai**

A Casa Civil também já declarou que “ao contrário do que vem sendo dito”, não há intenção de esvaziar a Funai, que deve continuar sendo importante no novo modelo. Mesmo assim, a retirada da exclusividade no processo de demarcação tem alimentado a sensação de que o órgão será enfraquecido.

Em meio aos conflitos, a antropóloga Marta Azevedo deixou o cargo de presidente da Funai na primeira semana de junho. Apesar dela alegar problemas de saúde, sua saída já era dada como certa pela imprensa desde o início das especulações sobre as novas medidas.

Corre na Câmara dos Deputados um pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) – protocolado pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) – para investigar possíveis irregularidades na atuação do órgão.

Cleber Buzzato, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), pondera que  
CONT.



a Funai tem deficiências, como o déficit de orçamento e de pessoal. No entanto, para ele, a solução do problema está no fortalecimento do órgão, e não no contrário. "É necessário que a Funai receba por parte do governo os investimentos necessários para que ela atue de forma mais ágil, dando conta de suas responsabilidades", afirmou.

Procurada pela reportagem, a Funai, através de sua assessoria de imprensa, se limitou a dizer que ainda não foi informada de nenhuma mudança.

## 2. Lentidão no processo e aumento dos conflitos indígenas

Para Buzzato, do Cimi, o novo modelo do governo pode fazer com que o processo de demarcações se torne ainda mais demorado. "Essa proposta trará mais dificuldades para que o Estado cumpra o seu papel, que é efetivar os direitos dos povos indígenas. Isso só trará o agravamento dos conflitos, e não a solução deles", afirma.

Neli de Mello-Théry, ex-diretora de pesquisas do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), concorda que a retirada do monopólio da Funai não acelerará o processo de demarcação de terras. "A Funai é lenta, mas porque os procedimentos necessários para demarcação também são lentos", afirma.

Neli explica que depois de identificar a área que será demarcada de acordo com laudos antropológicos, é preciso dar um prazo para que todos possam contestar a demarcação. Caso alguém o faça, todo o laudo precisa ser refeito. "Cada etapa que você avança, alguém pode questionar e fazer tudo voltar ao começo", fala a geógrafa. O secretário-executivo do Cimi estima que, hoje, o processo já demore mais de uma década para ser finalizado.

Para Spensy Pimentel, antropólogo e pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios da USP, o Ministério da Justiça precisa agir para mediar conflitos, e não acirrá-los. "É preciso formar uma mesa de negociações. Os indígenas de áreas como o Mato Grosso do Sul estão muito esclarecidos sobre seus direitos e já deram muitas mostras de que não vão aceitar calados qualquer imposição de cima para baixo", afirma.

## 3. A participação da Embrapa

Em maio deste ano, pareceres da Embrapa foram responsáveis pela suspensão dos processos de demarcação nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Estudos do órgão atestaram que a presença dos índios guaranis nas terras solicitadas por eles é recente ou inexistente, contestando estudos antropológicos da Funai.

Em nota oficial, a Embrapa afirmou que "não tem a atribuição de opinar sobre aspectos antropológicos ou étnicos envolvendo a identificação, declaração ou demarcação de terras indígenas no Brasil".

O órgão também explica que sempre realizou estudos sobre o uso da ocupação de terras no país e que, para isso, trabalha com informações dos órgãos governamentais, além de recorrer às imagens de satélites, bancos de dados geoespaciais e trabalhos de campo.

CONT.



Para o secretário executivo do Cimi, a Embrapa não tem competência para atuar nas questões indígenas. "Mais de 96% do orçamento desse órgão é para pesquisas agrícolas em produção de larga escala. Qualquer participação dele beneficia o latifúndio e o agronegócio, e vai contra os interesses indígenas", afirma Buzatto.

Segundo ele, os últimos pareceres da Embrapa sobre o assunto já demonstram a "tamanho ignorância dessa empresa em relação à questão indígena".

#### 4. Sustentabilidade das terras indígenas

Para o indigenista Fernando Schiavini, a prioridade do governo deve ser dar sustentabilidade às terras indígenas. "Não adianta só demarcar, tem também que recuperar essas áreas", afirma. "Com as terras devastadas pelo agronegócio, não dá para as comunidades continuarem produzindo alimentos e se reproduzindo culturalmente".

Para ajudar nessa questão, a Embrapa e a Funai têm desde 1997 um Convênio de Cooperação Geral que delinea as diretrizes básicas para trabalhos de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia para a promoção da segurança alimentar indígena.

Entre as demandas está o mapeamento das terras indígenas para gerar diagnósticos etnoambientais e possibilitar a gestão dos territórios. Além disso, há o resgate de sementes tradicionais, a identificação do potencial econômico de produtos indígenas e a capacitação de técnicos indígenas em práticas de manejo e conservação dos recursos naturais.

#### Portaria 303 e PEC 215

Paralelamente aos recentes anúncios do governo, outras duas situações podem alterar o processo de demarcações.

A portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU) quer estender a todas as terras indígenas brasileiras as condições de demarcação definidas pelo julgamento dos recursos do caso Raposa Serra do Sol, em 2009. Se aprovada, as 19 restrições definidas para o caso podem valer para outras áreas. Com isso, por exemplo, seria proibida a ampliação de terras já demarcadas e a venda ou arrendamento desses territórios. Além disso, rodovias, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia e instalações militares poderiam ser construídas dentro das terras indígenas demarcadas.

Para o Cimi, as medidas devem ser esclarecidas pelo STF. Ele afirma que por se tratar de um caso específico, elas não devem ser estendidas às outras demarcações.

Além disso, corre no Congresso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere ao Legislativo o poder de oficializar as terras indígenas. O projeto, além de submeter a demarcação ao Congresso, torna possível a revisão de demarcações de terras indígenas já homologadas.

"Jogar a decisão final sobre as demarcações num balcão de negócios, como é hoje o Congresso  
CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 113 / 2013

Brasília, 01 de julho de 2013.

---

– ainda mais que não há indígenas por lá -, seria rifar os direitos indígenas”, afirmou Pimentel.

Em abril, a Câmara dos Deputados criou uma Comissão Especial para discutir a PEC 215. O ato foi repudiado pelas lideranças indígenas, que chegaram a invadir o Plenário da Câmara para protestar.

“A PEC 215 é um instrumento mais agressivo no ataque aos direitos indígenas. É evidente que ela interessa ao setor latifundiário. Os povos indígenas estão se movimentando contra ela, na expectativa de que não seja aprovada, para que a bancada ruralista não tenha em suas mãos o poder de não demarcar mais terras”, explica Buzatto.



**Escola Indígena esclarece suposta denuncia.**

SÍTIO FOLHA DO MS, 30.06.2013

Denúncias foram feitas no sábado a respeito de desperdícios de alimento na escola Agostinho, no entanto a Folha do MS, entrou em contato com a escola a qual justificou as respectivas denúncias.

A diretora Romilda Geronimo nos disse desconhecer a situação posta.

“Em primeiro queremos esclarecer que existe um programa chamado mais educação na escola, a qual sua responsabilidade é ensinar e trabalhar com as crianças na horta da escola, onde fazemos varias atividades sendo todas monitoradas”. Com relação às fotos trata se de uma compostagem da qual foi feita no ano passado, juntamente com monitoria da professora responsável, já que o programa foi aderido no ano de 2012.

A responsável pelo programa esse ano é a professora Adriana Henrique, que por vez, possui relatórios e fotos das atividades desenvolvidas durante esse ano de 2013, onde fica claro que as fotos publicadas não se trata desse ano, pois não houve o plantio de cenouras como mostra o portfólio da professora.

Já em relação aos uniformes foram entregues, mas sobraram alguns que são entregues aos alunos no decorrer do ano e principalmente quando retornam das férias de julho, para obter um controle sobre aqueles que por vezes perdem ou chegam molhados nos dias chuvosos.

QUANTO AO ARROZ E FEIJÃO, sim existem dias principalmente no final de mês somos obrigadas a fornecer a eles somente o arroz e feijão, pois nosso recurso é bastante escasso, por isso a opção da Horta Escolar, pois nesses dias o Programa Mais Educação faz a diferença.”

“Estaremos á disposição a qualquer esclarecimento já que nos foi dado a responsabilidade de dirigir a escola”.

Como funciona o Programa Mais Educação?

O Programa Mais Educação, tem o objetivo de aumentar a oferta educativa nas escolas publicas por meio de atividades optativas.

Entre as atividades complementares a escola optou pelo acompanhamento pedagógico, esporte e lazer, cultura e artes indígenas, e a horta escolar, sendo este de fundamental importância para a escola e para os alunos indígenas (bem como para os alunos de periferia, já que os mesmos tem uma necessidade maior de ingestão de calorias diárias), pois complementa o lanche escolar.

Para o desenvolvimento de cada atividade, o governo federal repassa recursos para

CONT.



---

ressarcimento de monitores, materiais de consumo e de apoio segundo as atividades.

A professora Adriana falou sobre a reportagem, e nos deu uma posição contrária sobre o que foi divulgado:

“lamentavelmente a reportagem divulgada no sábado tem procedência errônea, já que distorce a realidade, mais lamentável ainda a conduta da denunciante, já que ela também trabalha na escola e sabe das dificuldades que enfrentamos no cotidiano, pois é difícil manter a escola com poucos recursos que recebemos, no entanto o programa veio como um estímulo tanto para escola quanto pra professores, pois é gratificante ver que as crianças e jovens estão tendo oportunidade de viver e aprender com mais um recurso que são dados a eles, pois assim se mantem ocupados no tempo em que seria ocioso, sendo assim ficam mais tempo dentro da escola e de uma certa forma longe de qualquer coisa ilícita que venha a prejudicar seu desenvolvimento, seja ele pessoal ou pedagógico.”

Folha do MS



**Carta do I Encontro dos Povos Indígenas na Fronteira**  
SÍTIO CIMI, 30.06.2013

Um olhar segundo a Convenção 169 da OIT

Exma. Sra. DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

Exmo. Sr. DONALD RAMOTAR

Presidente da República Cooperativa da Guiana

Exmo. Sr. NICOLÁS MADURO

Presidente da República Bolivariana da Venezuela

Nós Povos Indígenas Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Patamona e Taurepang, habitantes dos países Brasil, Guiana e Venezuela, presentes no I Encontro dos Povos Indígenas na Fronteira realizado nos dias 25 a 27 de junho de 2013, no Centro Regional Lago do Caracaranã, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Roraima, Brasil, após discutir, identificar e mapear os problemas das comunidades indígenas localizadas nas fronteiras de Roraima, Guiana e Venezuela, relacionados às atividades sociais, econômicas e culturais, considerando analisar as disposições da Convenção 169 da OIT, assim nos manifestamos:

Somos os guardiões das fronteiras. É fundamental considerar um ordenamento jurídico específico aos povos indígenas, em especial aos que estão localizados nas fronteiras. Queremos que os problemas identificados nesse Encontro sejam analisados em conformidades com os instrumentos internacionais como a Declaração da ONU sobre os Povos Indígenas e a Convenção 169 da OIT.

Com tristeza vimos uma série de violações de direitos humanos contra os povos indígenas, como reversões de valores e de direitos. Um exemplo disso são os homicídios recentes dos parentes Oziel Terena no Mato Grosso do Sul e Adenilson Munduruku no Pará. É necessário adotar medidas urgentes para mudar esse quadro de violência e punir os responsáveis.

Solicitamos a ratificação da Convenção 169 da OIT pelo Estado da Guiana, assim como a sua regulamentação pelo Brasil e Venezuela que ratificaram esse convênio em seus estados.

Manifestamos contra as ameaças e retrocessos aos direitos indígenas, em especial contra a PEC 215 que está em trâmite no Congresso Nacional Brasileiro, contra a lei da Mineração em Terras Indígenas, contra a Portaria 303 da AGU e as 19 Condicionantes que são analisadas pelo Supremo Tribunal Federal no caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 113 / 2013

Brasília, 01 de julho de 2013.

---

Esperamos que nossas autoridades públicas venham dar atenção aos resultados desse Primeiro Encontro dos Povos Indígenas na Fronteira com ações concretas e efetivas, inclusive com a participação decisiva dos povos indígenas.

Centro Indígena Lago do Caracaranã, 27 de Junho de 2013.

Abaixo Assinamos.



---

**USP aprova bônus de 5% para pretos, pardos e indígenas**  
SÍTIO DOM TOTAL, 30.06.2013

Por Bruno Bocchini

São Paulo - O Conselho de Graduação (CG) da Universidade de São Paulo (USP) aprovou a criação de um bônus que pode elevar a nota em até 5% - a depender do resultado obtido na prova - dos vestibulandos que se declararem pretos, pardos ou indígena e tenham cursado integralmente o ensino básico em escolas públicas. Atualmente, o grupo não tem bônus para o ingresso na universidade.

Para entrar em vigor, a decisão precisa da aprovação do Conselho Universitário. A assessoria de imprensa da reitoria da USP não soube informar quando ocorrerá a próxima reunião.

O Conselho de Graduação ainda aumentou de 8% para 12% a bonificação dos alunos que tenham cursado o ensino médio em escola pública; elevou de 8% para 15% a bonificação dos candidatos que fizeram o ensino fundamental e integralmente o ensino médio na rede pública. Também aumentou de 15% para 20% o bônus para o aluno que cursou integralmente o ensino fundamental na rede pública e o segundo e terceiro anos do ensino médio em escolas públicas.

Assim, o aluno preto, pardo e indígena que tiver cursado integralmente o ensino fundamental na rede pública e o segundo e terceiro anos do ensino médio em escolas públicas pode chegar a ter até 25% de sua nota do vestibular aumentada pelos bônus recebidos.

O Conselho Universitário da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em abril, decidiu ser favorável ao Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (Pimesp), proposto pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp).

De acordo com o Pimesp, ao menos 50% das matrículas em cada curso e em cada turno deverão ser ocupadas por alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dentro dessa meta, o percentual de pretos, pardos e indígenas deverá ser, também, no mínimo, 35%, percentual verificado para a população do estado de São Paulo no Censo Demográfico de 2010 feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As metas deverão ser atendidas ao longo de três anos a partir de 2014.

A Unesp informou, por meio da assessoria de imprensa, que para o Pimesp ser implementado na universidade ainda é necessária uma aprovação definitiva pelo Conselho Universitário, o que ainda não ocorreu. A assessoria não soube dizer quando ocorrerá a próxima reunião do conselho.

Procurada, a assessoria de imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) não respondeu aos pedidos de informação sobre as mudanças no processo seletivo de seu vestibular. No entanto, informou que as modificações no vestibular devem ser feitas até a segunda dezena de agosto, quando geralmente o edital do vestibular é publicado.

Agência Brasil